

# **A MANEIRA PORTUGUESA DE ESTAR NO MUNDO**

**ADRIANO MOREIRA**

Presidente do Instituto de Altos Estudos  
da Academia das Ciências de Lisboa  
Professor Emérito  
da Universidade Técnica de Lisboa

É provável que a primeira inquietação de quem se depara com a designação do tema que me foi distribuído para a presente comunicação, seja a da situação em que Portugal se encontra nesta entrada de 2015 da Graça de Deus. Como tenho responsabilidade na formulação do conceito vou tentar esclarecer as duas componentes da perspetiva que pretendo com ela exprimir: primeiro, a relação concreta e atual, do nosso país com a circunstância, no sentido de Ortega, que o rodeia, condiciona, e desafia, no globalismo da época que nos aconteceu viver; depois a sua definição institucional, quanto às componentes, e respetivas ação e reação, perante as contingências mutáveis do ambiente circundante.

No que toca à sua relação com a circunstância mundial, tem-me parecido que esta se encontra no centro de uma involuntária trajetória, que implicou ir sofrendo variações do próprio conceito estratégico até ao presente período em que lhe falta justamente um conceito estratégico próprio e autónomo. Muito

abreviadamente, e sem alarde de erudição, lembramos que na Primeira Dinastia teve um conceito estratégico, definido no quadro feudal da época, que foi ganhar a independência política, segundo o entendimento de então, no que respeita aos poderes externos coexistentes, e expandir o território até aos limites continentais europeus que ainda hoje sensivelmente são os mesmos; na Segunda Dinastia, com o Mestre de Aviz D. João no Trono, formulou um conceito de expansão marítima, que se traduziu no Primeiro Império (Gôa), e terminou em Alcácer Quibir, com o tesouro esgotado, e o trono pronto para receber os Filipes; na Terceira Dinastia, filipina, o conceito foi sonhar com a restauração, editar sucessivamente e de apoio os Lusíadas de Luís de Camões; na Quarta Dinastia, o conceito foi a Restauração da Independência da Coroa e retoma dos limites do Império, com destaque para o Padre António Vieira, no que toca à diplomacia, e de bons capitães na arte da guerra; findo o regime monárquico, a República acentuou no Hino Nacional a vocação do Mar, e portanto do Império, qualificando o povo português de Heróis do Mar, lembrando Mouzinho na ação em terra, e lembrando à Marinha o dever de honrar a Pátria porque a Pátria os contempla.

Depois, embora a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tivesse destruído os Impérios europeus (Alemanha, Austro-húngaro, Russo, Turco), continuaram os

Impérios Coloniais, apenas dissolvidos pela política da ONU no fim da II Guerra Mundial (1939-1945). Desapareceu assim o Império Euromundista, o último sendo o português em 1974, pela Revolução dos Cravos, e Portugal encontrou o apoio externo, que antes tivera primeiro na Santa Sé, depois na Aliança Inglesa, na adesão à União Europeia, em 1986, com a liderança de Mário Soares. Durante meio século foi participante na Ordem dos Pactos Militares isto é, da NATO – VARSÓVIA, até à queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989. Desde então acompanhou o neo-riquismo liberal dos ocidentais, e encontrou-se finalmente, desde Abril de 2011, em regime de protetorado exercido por três empregados do Banco Central Europeu, do FMI, e da União Europeia, dado finalmente por findo em 2014, embora permanecendo as sequelas da terapia do Mont Pèlerin, do apóstolo economista Hayek, a qual também foi aplicada no Chile, na Argentina, e consta que na China.

Anotadas estas desagradáveis lembranças, que a ouvintes podem provocar a soma de outras, a pergunta primeira é saber em que conjuntura internacional, agora global, nos encontramos.

Em primeiro lugar longe do conceito que Paulo VI, depois do Concílio, proferiu, e ficou histórico, na ONU, afirmando que “o desenvolvimento sustentado é o

novo nome da paz”, Portugal foi atingido pela crise global financeira e económica, e atingido pelo renascimento efetivo da fronteira do Império Romano, com Chipre, Grécia, Itália, Espanha, e a França, separando uma Europa do Sul pobre, de uma Europa do Norte rica, pelo menos em relação ao sul; pela União Europeia sem conceito estratégico, a hesitar entre os caminhos ou da União ou da Federação, e com sinais de diretório que levam a imaginar um futuro hesitante entre uma Alemanha Europeia ou uma Europa alemã; com um despovoamento crescente, com uma geração dos jovens em que se nota que a miséria expulsa a pobreza, com o Estado a alienar elementos fundamentais da estrutura nacional para titulares estrangeiros da propriedade, com uma dívida que pelos custos ameaça as gerações futuras de uma privação de duração indefinida, e com a soberania, vista em relação aos conceitos do século, como que suspensa por estas circunstâncias: *país exógeno*, isto é, sofrendo os efeitos de decisões em que não participa, o que já aconteceu na guerra de 1939-1945, e agora acontece na área económica e financeira; *país exíguo*, isto é, com relação negativa entre recursos e possibilidades do Estado; *país funcional*, o que pode ser *positivo* quando indispensável a projetos internacionais que lhe interessam como aconteceu no passado com a NATO, e pode ser *negativo* sempre que seja obrigado a suportar exigências de projetos que não escolheu, como aconteceu com a Aliança Atlântica, da guerra de 1939-1945.<sup>1</sup> Simultaneamente, com

---

<sup>1</sup> Oswald Spengler, *Le déclin de l'Occident*, Paris, Gallimard, 1946; Alexandre Adler, *J'ai vu finir le monde*

quebra de recurso no aparelho de investigação e ensino, no aparelho de segurança e defesa, sofrendo a *fadiga fiscal*, vendo multiplicar os riscos para a paz, com o terrorismo em expansão, com o Mediterrâneo transformado num cemitério, com os centros formais internacionais, ONU e União Europeia, como que em pousio, os centros de tal poder ou ignorados ou agindo sem base legal como o G20, e as chamadas “novas guerras” a ensombrarem o futuro. Como escreveu Bertrand Badie, “enquanto que a “guerra clássica” era uma colocação em tutela política total a sociedade, as novas guerras fundem totalmente o social e o político. A sociedade guerreira penetra na intimidade da vida cotidiana de cada um, sem que, ao mesmo tempo, uma ordem política a domine”: a *penalização da guerra* soma-se à divulgação do *terrorismo*, desafio vencedor do fraco a forte.<sup>2</sup>

Posto isto, suficiente, supomos, para caraterizar a *circunstância* que nos rodeia e desafia, e deixando claro que Portugal, em relação aos conflitos das “guerras modernas” embora na situação já definida de exógeno, tem como capital internacional importante o que chamamos – *a maneira portuguesa de estar no mundo*. Esta expressão apareceu-me, em longas conversas com Agostinho da

---

*ancient*, Paris, Grasset, 2002; Adriano Moreira, *Memórias do Outono Ocidental*, Almedina, Coimbra, 2013. Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2014.

<sup>2</sup> Bertrand Badie, *Guerres d’Hier et d’aujourd’hui*, in L’Etat du Monde, 2015, Paris, pg. 19. Haut Commissariat Des Nation Unie Pour les Réfugiés, *Une années de crise, Tendencos Mondiales*, 2011. Adriano Moreira, *A Privatização da Guerra*, in *Revista da História das Ideias*, vol. 30, Faculdade de Letras, Coimbra, 2009.

Silva, para ultrapassar as críticas, viciadas no meu parecer, de ideologismo, ao *lusotropicalismo* de Gilberto Freyre. Este, tornado já célebre pela famosa obra *Casa Grande da Sangala*, que versava a emergência da sociedade civil brasileira, multiétnica mas convivente acima dos *mitos raciais*, mas que tinha sido considerada afetada de lirismo por escritores como Fernando Cardoso, ilustre na Academia, e futuro presidente da República do Brasil, ou como Darcy Ribeiro, antigo Reitor de Brasília, antropólogo notável perseguido longos anos pela ditadura militar Brasileira, e finalmente pela cartilha soviética quando escreveu – *O mundo que o português criou* (1940), acusado de servir a propaganda do Estado Novo Português.

É claro que ninguém escolhe o país onde nasce, e se resolve ficar não pode ser um cidadão a benefício de inventário, recusando as violências de várias espécies que também fazem parte da herança, como entre nós a escravatura, a expulsão dos judeus, a Inquisição, e assim por diante. Mas também não podem negar-se as contribuições que de nós avultam no património comum da humanidade, de que hoje a *Unesco* se ocupa com devoção. Justamente por isso convém não esquecer a longa busca de professores que ensinaram em Coimbra e Évora, contribuindo para enriquecer o *património imaterial da humanidade*, e que não evitamos citar: Martin de Azpilcueta, Martin de Hedesmo, Fernando Perez, Luís

de Molina, Pedro Simões, António de São Domingo, Juan de la Pena, Serafim de Freitas, Fernão Rebelo, Francisco Suarez, ou os missionários que exerceram nas Américas Portuguesas e Espanholas, como Bartolomeu de Les Casas, Manuel da Nobrega, José de Acosta, Juan Zapata, Sandoval, António Vieira: sem eles, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não seria a mesma.

Ora, Fernando Cardoso, quando Presidente do Brasil, declarou que o ano 2000 era dedicado a Gilberto e, em ensaios póstumos, Darcy Ribeiro declarou que assim como a Itália seria outra sem Dante, a Espanha outra sem Cervantes, Portugal outro sem Camões, também o Brasil seria outro sem Gilberto. E este, ao escrever *Aventura e Rotina*, depois de visitar Angola, a convite de Sarmiento Rodrigues, não poupou críticas à realidade, e morreu a pensar escrever sobre o *hispanotropicalismo*, e ainda, em vista do aparecimento da União Europeia, sobre o *eurotropicalismo*. De tudo resulta que, sem receber a qualidade de português a benefício de inventário, de facto fomos uma mistura de etnias sem conta neste território europeu (nativos, romanos, alanos, vândalos, suevos, visigodos, africanos, árabes), fomos exemplo de repúdio dos mitos raciais que subsistem, como o do negro, do mestiço, e sobretudo do ariano, este último entre as causas do genocídio judaico da segunda guerra mundial, e dos cinquenta milhões de mortos que causaram.

Foi esta atitude que nos levou a ser o primeiro Estado europeu que supriu a pena de morte, que conduziu o severíssimo Marquês de Pombal a extinguir a escravatura na metrópole, o Marquês de Sá da Bandeira a suprimi-la nas Colónias, a princesa Isabel a suprimi-la no Brasil, e Adriano Moreira a revogar o indigenato, proibir o trabalho forçado, revogar as concessões de culturas obrigatórias, e a publicar o Código de Trabalho Rural que o BIT considerou o mais avançado de África em 1961.

É certo que a expansão ocidental misturou valores com proveitos materiais, o marinheiro de Vasco da Gama explicou em Calecut que iam em busca de cristãos e especiarias, os franceses que procuravam matérias primas, mercados de produtos acabados, e trabalho barato, mas também as luzes, e os ingleses procuraram os mesmos bens prometendo implantar a civilização. A descolonização da ONU fez perder todas estas superioridades impostas pelo poder político, mas nenhum dos impérios da frente europeia atlântica deixou, como nós, o *património de afetos*, fundamental para a paz, colocando o diálogo no lugar do combate, o respeito em vez da tolerância, o acordo no lugar da imposição. Este património de afetos inclui a língua, que não é nossa, também é nossa, porque mantêm o essencial mas acrescentando em cada latitude e povo,

valores específicos que a diferencia sem tocar na essência. A própria China, na qual Mao afirmou que Portugal era o Estado europeu que nunca fizera guerra ao seu, delegou no governo de Macau, em 2005, as relações com os países de língua portuguesa para aproveitar o património espalhado por Portugal, e nessa defesa conta, salvo erro, com 14 escolas de português. Por outro lado, dos países que perderam as colónias, a Inglaterra com entre quatrocentos a quinhentos mil mortos, incluindo Gandy, para impedir, sem êxito, a separação do Paquistão, a França com o esmagamento do exército no Vietnam e o drama da Argélia, Portugal, com 13 anos de guerra, foi o único que conseguiu, com o *património de afetos*, ver nascer o Instituto Internacional da Língua Portuguesa em que todos estão em pé de igualdade, o que dispensa a mais eficaz colaboração prestada aos países, todos suas antigas colónias, de língua portuguesa, agregados na CPLP, com as Forças Armadas, sinal de que o conflito de treze anos não foi entre os povos, foi com o sistema político colonial.

Julgo que em todo o caso não devemos descurar a necessidade de colocar de lado a tradição de que o dar tempo ao tempo é sempre uma forma de prudência e não apenas, mais frequentemente, uma incapacidade de reconhecer a tempo que não há tempo a perder: o Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi ideia portuguesa lançada em reunião frequente do Instituto Joaquim Nabuco do

Recife, mas quem o realizou foi o Brasil; a CPLP, como frequentemente era lembrado pelo saudoso Embaixador Brasileiro José Aparecido de Oliveira, foi uma ideia nascida na Sociedade de Geografia de Lisboa, sobretudo iniciada nos Congressos das Comunidades de Língua Portuguesa que organizei na qualidade de Presidente da grande Sociedade, mas quem a realizou foi o Brasil, pela mão do recordado Embaixador brasileiro, que não recebeu em vida o agradecimento que merecia. Nenhum dos antigos impérios coloniais europeus conseguiu esta solidariedade baseada no património de afetos, porque não tem qualquer semelhança a Comunidade Britânica, anterior à descolonização, que não alberga os EUA, e está praticamente reduzido à parte do povoamento anglo-saxónico, nem vingou a tentativa gaulista para uma União Francesa, nem cabe no conceito a livre “gandarmenia” a que por vezes se entrega nas antigas colónias. Esta nossa maneira de tratar o tempo como se houvesse tempo, mostra contornos que os mais atentos consideram perigosos para a consolidação dessa janela de liberdade de todos os países de língua portuguesa, a qual não é nossa, também é nossa, e até para o enfraquecimento da secular solidariedade fraterna com o Brasil, cujos retornados, na data da independência, mostraram a diferença fundando Moçâmedes em Angola, não na metrópole. E por isso não posso deixar de repetir aqui o que escrevi sobre a questão da TAP no Diário de Notícias, em 24 de Dezembro último, véspera do Natal em que o Papa Francisco

revigorou a esperança de ninguém perder tempo no futuro. As palavras foram precedidas deste título: Conceito Estratégico e Campanha Eleitoral.<sup>3</sup>

Analistas independentes avaliam como vamos sair de 2014 com conflitos armados e tensões diplomáticas na Ásia, na África, no Médio Oriente, na América Latina, acentuando, em relação à Europa, a posição da Rússia, o cemitério do Mediterrâneo, e a questão de saber o que significa democracia, por exemplo, a partir do Novo Estado Islâmico, e do progresso do terrorismo, arma do fraco contra o suposto forte. Entretanto, a União Europeia continua sem conceito estratégico, de facto a ver crescer a perplexidade sobre se espera uma Alemanha europeia ou uma Europa alemã, e a multiplicação das aspirações das pequenas pátrias no sentido de assumirem a natureza de Estado, a gravidade do alargamento sem estudos de governabilidade, e ambição de autonomia de segurança e defesa sem estudos de fronteiras amigas. Nesta circunstância, no sentido de Ortega, Portugal, tendo por base este território que, segundo D. Manuel Clemente, “nos calhou” ou “onde encahamos”, tem, mais que nunca no passado, a necessidade de finalmente assentar num conceito estratégico próprio, sem o qual as solicitações de convergência das forças partidárias, que o Presidente da República prega, não será obtido. E por isso, neste fim de ano que dificilmente dá alegria aos votos de Feliz Natal, convém meditar sobre se

---

<sup>3</sup> Diário de Notícias, 24 de Dezembro de 2014

consegue coordenar a série de obrigações internacionais, para o debate eleitoral em curso antes de tempo, mas ocupando já o tempo, não ser afetado. Em primeiro lugar decidir se acabou a submissão à troica, embora perdurem os efeitos, mas deixando de querer ao mesmo tempo proclamar que foi recuperada a liberdade igual entre as Nações, e invocar vigentes os preceitos do memorandum definidor de protetorado. Depois recordar que temos outras obrigações: para com a ONU, e ela para com a crise mundial, sem nunca ter convocado o Conselho Económico e Social; ainda para com o BIT, dinamizador da harmonia entre Estado, livre iniciativa, e sindicatos, o que não devia ser esquecido para não chegar ao ponto de greves, como a atual da TAP, serem decididas sem medir o equilíbrio de interesses dos próprios com o dos atingidos, incluindo o interesse público. Finalmente a CPLP, a regionalização que nenhuma antiga potência colonial, da frente marítima europeia e atlântica, conseguiu depois das independências. Nesta CPLP está uma das janelas de liberdade de Portugal, e se o poder financeiro falta, não falta a comunhão de afetos que é capital a não perder, e que, para surpresa do mundo, está a ser dada pelas Forças Armadas aos Estados que foram colónias portuguesas, sem baixar os braços à míngua de recursos; pelo esforço das Universidades, procurando minorar os cortes orçamentais e complexidades burocráticas. E finalmente a TAP, o que não significa que não haja outros fatores a considerar. Nestes

incluímos o que se passou na reunião de Timor, com a delegação portuguesa, e a expulsão insultuosa dos magistrados, crescendo os rumores e informação sobre projetos de alargamento da prática que incluiu a Guiné Equatorial na Organização. O risco de a natureza da CPLP ser afetada, e com isso afetado o futuro português (sem contar com o que se passa com a língua), é evidente. Nesta difícil conjuntura, a Bandeira Nacional que é a TAP, não pode ser colocada no centro de uma querela sobre o Estado máximo, ou o Estado mínimo, mas apenas na área do Estado necessário e suficiente. Que a TAP não perca a sua qualidade de elo forte entre todas as comunidades onde a maneira portuguesa de estar no mundo se afirmou, é um facto que não deve ser esquecido pelos três componentes do interesse harmónico que o BIT representou. E, por isso, o Estado suficiente e necessário não pode perder, entre o muito que já perdeu, o poder de manter sob a sua autoridade a manutenção dessa capacidade de a bandeira estar presente na área da CPLP e comunidades portuguesas, sendo possível e talvez indispensável, assumir uma diplomacia ativa para que as sociedades civis dessa organização única, a CPLP, participem na solução.

Instituto da Defesa Nacional

03/02/2015